

## Ocupação de mão de obra na Bahia na segunda metade do século XIX. (\*)

Henrique Jorge Buckingham Lyra (\*\*)

Durante toda a segunda metade do século XIX, um dos problemas que mais preocupou os governantes e a elite agrária baiana foi a crise de mão de obra agrícola. A partir de 1850, com o término do tráfico de escravos, as expectativas da economia baiana pareciam ser de um verdadeiro colapso da produção agrícola – secularmente estabelecida na cultura da cana de açúcar – em virtude da escassez de braços. A epidemia de *cólera morbus* que se alastrou na Província da Bahia, em 1855, matando grande número de gente livre e escrava, era também citada como um outro fator responsável pela referida crise. Tanto os governantes como os produtores de açúcar da Bahia atribuíam o declínio da economia à falta de braços para o trabalho agrícola, e tal suposição foi responsável não só pela importação de mão de obra estrangeira livre como também pela formação de vários núcleos coloniais agrícolas na Bahia, na segunda metade do século XIX.

A criação dessas colônias agrícolas, embora já iniciadas desde o principio do século XIX, começou a tomar maior impulso depois de cessado totalmente o tráfico de escravos, em 1850. Segundo Orlando Mello,<sup>1</sup> foram criadas no período de 1850 a 1864, em diversos Estados brasileiros – São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco – nada menos de 105 colônias agrícolas, entre colônias nacionais, estrangeiras e colônias de parceria, predominando a criação de colônias estrangeiras, principalmente na região do café, em, São Paulo. Como este autor registrou apenas a criação de uma colônia agrícola na Bahia nesse período – a colônia Sinimbu, (nacional) -, e na verdade foram criadas mais três (a colônia Nacional do Rio de Contas, a Nacional Agrícola e a Salto do Rio Pardo), esse número se eleva para, pelo menos, 108 colônias, se não tiver havido outras omissões.

---

(\*) Capítulo extraído da dissertação de mestrado “Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX, apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. em 1982 sob orientação do Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo,

---

<sup>1</sup> Cf. MELLO, Orlando. *Causas que entorpecem o desenvolvimento da lavoura nacional e meios de combatel-as*. Salvador, Imprensa Popular, 1898, p.17-22. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.

financiada pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (Concurso ABEP-FORD 1979) e apoio do Centro de Recursos Humanos – CRH da UFBA.

(\*\*) Professor de História Econômica da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Essa proliferação de colônias agrícolas, parece ter acontecido em resposta à proibição do tráfico de escravos. Observa-se uma relação direta entre restrição ao tráfico de escravos e criação de colônias agrícolas, relação essa gerada a partir da crença de que com a não reposição contínua do trabalhador escravo houvesse um colapso na agricultura brasileira.

Segundo Conrado,<sup>2</sup> as queixas relativas à falta de mão de obra sempre foram constantes durante todo o período em que predominou o regime escravista no Brasil. E essas queixas podem ser explicadas, segundo Novais,<sup>3</sup> pela própria dinâmica do escravismo brasileiro, que exigia uma constante reposição de mão de obra. Porém, só a partir de 1850, o problema da crise de mão-de-obra ganhou maiores proporções, principalmente a nível das preocupações dos dirigentes do País.

Embora não seja considerada, no discurso oficial dos presidentes da Província, como sendo o único motivo gerador da falta de braços, pois são feitas também referências à epidemia de cólera *morbus* que, em 1855, matou grande número de escravos, e à evasão de escravos para o Sul do Império, a abolição do tráfico no entanto era considerada como a principal causa da falta de braços para a lavoura.<sup>4</sup>

Cansação de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia em 1857, chamou atenção para o fato de que a diminuição e o não aumento de braços estariam criando um processo de transferência de escravos das pequenas e médias propriedades – principais produtoras de alimentos – para as grandes propriedades da cultura de exportação. Esse fato estaria determinando não só a elevação dos preços dos gêneros alimentícios na Província, como também, a longo prazo, uma verdadeira escassez de alimentos, pois considera Sinimbu que a falta de escravos “...abateu se não matou quase de todo a pequena cultura ...”<sup>5</sup>

A partir de 1850 as Falas dos presidentes da Província da Bahia demonstram uma grande preocupação com a crise de mão-de-obra. São comuns nesses discursos expressões como “raridade de braços”, “escassez de braços” etc... Além disso, os presidentes da Província atribuíam a situação de crise pôr que estava passando a economia baiana, principalmente o açúcar, à falta de mão-de-obra, como considerou Luiz Antônio da Silva Nunes, Presidente da Província da Bahia no ano de 1876 ao afirmar que “...perdura a falta de braços, uma das causas incontestáveis do estado de definhamento em que se acha a lavoura do País, especificamente a da Bahia”<sup>6</sup>

<sup>2</sup> Cf. CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1899*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

<sup>3</sup> Cf. NOVAIS, F. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – séculos XVI-XVIII*. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo,

<sup>4</sup> Cf. FALAS dos Presidentes da Província nos anos de 1857, 1861, 1870, 1876 entre outras.

<sup>5</sup> SINIMBU, João V. L. Cansação de. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província .... no dia 1º de setembro de 1857, Salvador, p.97.

<sup>6</sup> NUNES, Luiz Antônio da Silva. Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente ... abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876, Salvador, p.105.

No entanto, as constantes reclamações de falta de braços não eram apenas feitas pelos dirigentes políticos da Província. Os grandes produtores de açúcar também reclamavam pôr mão-de-obra. Conforme salienta Maria Antonieta de Campos Tourinho,<sup>7</sup> os fazendeiros baianos, na segunda metade do século XIX, apresentam um discurso “lamentoso e pessimista” quanto ao futuro da lavoura baiana devido à falta de braços:

*Diante da consumação da tão temida lei de abolição do tráfico, os produtores de açúcar, traumatizados pela dura realidade de que não haveria mais abastecimento africano de braços se sentem ameaçados pela diminuição da população escrava..*<sup>8</sup>

Dessa forma, estando a Província da Bahia sem a sua única fonte de reposição de mão-de-obra – o tráfico de escravos, nada mais provável do que a suposição de uma iminente crise de braços. No entanto, mesmo sem a perspectiva da contínua reposição de escravos, será que já na segunda metade do século XIX não se teria formado um contingente populacional livre, que fosse capaz de ser utilizado como força de trabalho? O que realmente significou tal crise de mão-de-obra? Apenas um medo do rompimento de um esquema secularmente estabelecido, ou realmente não existia na época disponibilidade de força de trabalho?

Para mensurar tal crise, faz-se necessário partirmos primeiro para o estudo da população da Província da Bahia nesse período. Através de tal estudo, poderemos inclusive obter subsídios para um melhor questionamento da problemática da mão-de-obra.

Para se estudar a população baiana no século XIX, sua composição e dinâmica, são inúmeras as dificuldades que se apresentam. Kátia Mattoso, pôr exemplo, salienta que “a população de Salvador no século XIX permanece ainda uma icognita”, e lamenta o fato de que:

*Os estudos relativos à demografia histórica nada ainda nos ensinaram sobre a dinâmica de uma população que aumenta numa cidade em decadência sendo o nosso conhecimento da relação numérica entre a população livre e a população escrava muito superficial.*<sup>9</sup>

Se isso acontece em relação à cidade de Salvador, para a área rural os problemas são bem maiores, em virtude da total ausência de pesquisas em demografia histórica.

A nível preliminar, pode-se apenas fazer algumas considerações sobre a população baiana do século XIX.

---

<sup>7</sup> Cf. TOURINHO, Maria A. C. Dissertação sobre o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e a Escola Agrícola de São Bento das Lages. (Em elaboração; a ser apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFB<sup>a</sup>, 1982)

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador, UFB<sup>a</sup>/Centro de Estudos Bahianos, 1976, p. 9.

A população trabalhadora agrícola na Bahia, no século XIX, estava dividida em dois blocos: livres e escravos. A população escrava, devido à extinção do tráfico, às alforrias, à evasão para outras províncias, principalmente para as regiões do café, e também pôr apresentar “uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade”,<sup>10</sup> estava realmente em franco declínio ao iniciar a segunda metade do século XIX. A população de trabalhadores livres, ao contrário, parecia tender a um crescimento acentuado.

O trabalho livre no setor agrícola, no Brasil escravista, tem sido atualmente alvo de vários estudos. Diversos autores têm encontrado subsídios que demonstram a existência, em diversas regiões do Brasil, de lavradores que não estavam diretamente engajados no sistema de produção baseado no trabalho escravo. Não se trata, também de um fenômeno particularizado à segunda metade do século XIX. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, esses lavradores não constituíam uma “categoria social de formação recente”.<sup>11</sup> Shepard Forman, estudando os camponeses brasileiros, principalmente os nordestinos, mostra que tal categoria existia desde os primórdios da colonização portuguesa, tornando-se cada vez mais numerosa no decorrer dos séculos XVIII e XIX. “os poucos dados que dispomos (diz Forman) são, no entanto, suficientes para atestar claramente a existência de uma expressiva população camponesa livre no Brasil colonial “. <sup>12</sup> Pesquisas realizadas no Estado de Alagoas pelo mesmo autor indicaram que “no século XIX a maioria dos moradores rurais daquela região eram camponeses livres.”<sup>13</sup>

Ciro Cardoso chama atenção para o fenômeno tratado como “brecha camponesa”, existente em lugares onde havia como “forma central de exploração da força de trabalho a escravidão negra: o Brasil, a área do Mar das Caraíbas (Antilhas, Guianas, parte da Venezuela, etc.) e o Sul dos Estados Unidos”.<sup>14</sup> Dentre outras formas de “brecha camponesa”, encontra-se a que era formada pôr escravos que cultivavam produtos agrícolas para subsistência no interior das fazendas, com a devida permissão dos seus senhores. Tal atividade já era mencionada desde o ano de 1700, indicando, dessa forma, que os escravos, ao se libertarem – pelo menos alguns deles -, já possuíam essa alternativa de se dedicarem ao campesinato livremente, embora sem possuírem terra.

Tais fatos vêm, inclusive, de encontro à idéia de que o trabalho livre era incompatível com uma sociedade escravista.<sup>15</sup> É importante chamar atenção para o fato de que os trabalhadores

---

<sup>10</sup> Cf. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo, Nacional, 1974, p.9.

<sup>11</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 33.

<sup>12</sup> FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.54-5.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.55.

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 135.

<sup>15</sup> A esse respeito, ver o trabalho de EISENBERG, P. *O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 3, Santos, set. 1976. O autor mostra que, embora existissem certas incompatibilidades entre o trabalho livre e o escravo, esses dois tipos de trabalho coexistiram no Brasil escravista.

livres não apenas se faziam presentes na área rural do Brasil escravista, mas que a partir de certo momento se tornaram a grande maioria da população rural.

Já no início do século XIX, entre 1816 – 1818, Tollenare, em suas observações feitas na área rural de Pernambuco, dividiu a população agrícola não-escrava em três categorias: os senhores de engenho, grandes proprietários; os lavradores, espécie de rendeiros e os moradores, ou pequenos colonos.<sup>16</sup>

Falando sobre os lavradores, diz Tollenare que eram geralmente brasileiros de origem branca, pouco mesclados de mulato, trabalhavam em terras de algum senhor de engenho o qual tinha o direito de expulsá-los sem nenhuma indenização. Os lavradores arrendavam as terras geralmente pôr um ano e aplicavam o capital que dispunham em escravos e gado, pois poderiam levá-los nas suas andanças. Habitavam, em média, dois a três lavradores pôr engenho.<sup>17</sup>

Os moradores eram “pequenos colonos aos quais os senhores de engenho concederam permissão de elevar uma cabana no meio do mato e de cultivar um pequeno pedaço de terra.<sup>18</sup> Não possuíam, da mesma forma que os lavradores, contrato algum com senhores de engenho, que podiam dispensá-los quando quisessem. Eram, em geral, “mestiços de mulatos, negros livres e índios”.<sup>19</sup> Salienta Tollenare que esse contingente populacional podia ser considerado o verdadeiro povo brasileiro, tendo em vista o grande número de pessoas que viviam naquela condição. Segundo seus cálculos, os moradores representavam 95% da população rural não-escrava.

Em um engenho visitado pôr Tollenare, um rico senhor de engenho tendo expulso da sua propriedade todos os lavradores e moradores, que os seus predecessores, menos abastados, haviam consentido que ali se estabelecessem elevou o número de exilados a quase 600 indivíduos.<sup>20</sup> Roger Bastide, referindo-se à Bahia e a Pernambuco cita que “de duzentas a trezentas pessoas agrupavam-se muitas vezes, em torno da casa do senhor de engenho”.<sup>21</sup>

Pôr tais indicações, podemos notar que era realmente significativa a população rural não-escrava no Nordeste, e que, segundo alguns autores, era a única responsável pela produção de cereais para o consumo de toda a população.

Jacob Gorender dividiu em três categorias os indivíduos à margem da relação escravista de produção:

- Os homens livres assalariados na plantagem;
- Os homens livres agregados e

<sup>16</sup> Cf. TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Salvador, Livraria Progresso, 1956, p.85.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 93-4.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>19</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>21</sup> BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 54.

- Os pequenos cultivadores não-escravistas independentes.<sup>22</sup>

Quanto aos primeiros, os assalariados, segundo Gorender, foram utilizados em maior escala em um primeiro momento de instalação e desenvolvimento da agricultura comercial no Brasil tendo em vista a natureza técnica do processo produtivo que requeria, em virtude da não qualificação dos escravos e dos índios, a utilização de pequeno número de trabalhadores qualificados.

*No seu desenvolvimento, o regime escravista tendeu a reduzir o mais possível o número de artífices assalariados dentro da plantagem, à medida em que os escravos foram adestrados para o exercício dos ofícios qualificados.*<sup>23</sup>

O processo inverso ocorreu com as outras duas categorias – os agregados e os pequenos cultivadores independentes – que se avolumaram de maneira gradativa, chegando a representar uma população bastante significativa, em meados do século XIX.

Estudando a população de Sergipe na década de 30 do século XIX, Mott surpreende-se com a pouca quantidade de escravos naquela província e, conseqüentemente, com o grande número de trabalhadores livres, fazendo a seguinte indagação:

*Perguntamos: tirante os escravos empregados nos serviços domésticos, nas lavouras de subsistência e os “escravos de ganho”, seriam os restantes suficientes e representariam a principal mão-de-obra para laborar os 400 e tantos engenhos existentes em Sergipe neste período ? Nossa hipótese – baseada não apenas nestes números, mas também na familiaridade com as fontes manuscritas pesquisadas – é que já nessa época, e mesmo antes, o trabalho “livre” devia representar em Sergipe uma variável muito mais significativa do que se tem pensado até então. Qual a ocupação de 82.629 **homens de cor livres** ? Considerando que os **não-brancos livres** (ingênuos e libertos) representavam 51,5% do total dos habitantes de Sergipe e que, como maioria desprezível, deviam encontrar o ganha-pão no trabalho agrícola, certamente em terras alheias, só nos resta concluir que, de fato, o trabalhador livre devia ser uma mão-de-obra, se não tão produtiva (?), ao menos numericamente quase duas vezes mais importante do que a representada pelos escravos.*<sup>24</sup>

No caso específico da Bahia, encontramos diversas referências que indicam a existência dessa população não diretamente engajada no sistema de produção escravista e, pelas descrições

<sup>22</sup> Cf. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978, p 287-97.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p.289.

<sup>24</sup> MOTT, L. R. B. *Pardos e pretos em Sergipe, 1774-1851*. Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, (18): 11.

encontradas, assemelham-se aos “moradores”, definidos pôr Tollenare, ou “agregados”, no dizer de Gorender.

João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, presidente da Província da Bahia em 1857, é quem melhor relata a situação desse contingente populacional.

*Ninguém ignora, que nas fazendas de assucar ou suas proximidades existem indivíduos ou famílias pobres, que, não possuindo terras habitam n'ellas de graça, ou pagam uma insignificante renda, segundo a benevolência do proprietário.*<sup>25</sup>

Viviam essas famílias em estado de desprezo, ignorância e miséria, causada principalmente pelo grande fazendeiro que, no processo de dilatação de suas propriedades,

*...ia expelindo as famílias pobres, que não podendo sustentar a concorrência cediam espaço; muitas vezes vendendo as terras, de que pôr qualquer título tinham ficado de posse.*<sup>26</sup>

Essas famílias, nesse processo de deslocamento, passaram a ocupar dois pontos extremos: pequenos espaços de terra pouco férteis no litoral ou terras mais férteis no interior da província. Tanto no litoral como no interior, essa população não produzia a níveis que permitissem acumulação de riqueza. No primeiro caso, devido à pouca fertilidade do solo, e no segundo, pôr estarem situados em áreas de difícil acesso, sem comunicações e sem transportes que permitissem uma intensa comercialização dos seus produtos.<sup>27</sup>

Um outro fator que agravava ainda mais a situação de penúria dessa população era a existência de constantes secas nas regiões Norte e Oeste da Província, pôr onde, segundo o Barão de São Lourenço “vegeta uma população numerosa sem propriedade, porque as extensas fazendas pertencem à senhorios muitos dos quais as não habitam...”<sup>28</sup> Segundo, portanto, dois testemunhos da época, os Presidentes da Província dos anos de 1857 e 1870, a grande propriedade rural era a principal responsável pela existência de uma camada da população formada pôr lavradores sem terras.

Segundo o “Quadro da população Livre e Escrava da Província da Bahia” feito pela Repartição da Polícia, em 1870,<sup>29</sup> nota-se que a população escrava representava apenas 15,8% da

---

<sup>25</sup> SINIMBU, J. V. L. Cansação de. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província ... no 1º de setembro de 1857. Salvador, p. 88.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 94-5.

<sup>28</sup> MARTINS, F. G. (Barão de São Lourenço). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo excelentíssimo ..., Presidente da Província, em 6 de março de 1870, p. 54.

<sup>29</sup> Cf. Quadro da População Livre e Escrava da Província da Bahia, feito em 1870 pela Repartição de Polícia da Bahia. In: MATTOSO, K. M. Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 124-5.

população total da Província. No censo de 1872, a população escrava representava um índice menor – 12,16% sobre a população total da Província, sendo, portanto, 87,84% da população composta pôr indivíduos livres.

### TABELA Nº 1

#### POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO ANO DE 1872

População livre	1.211.792	87,84%
População escrava	167.824	12,16%
Total	1.379.616	100

FONTE: Censo de 1872

Porém, vale chamar atenção para o fato de que, nesta estimativa geral, está incluído a população urbana, na qual o peso dos escravos era menor. Mesmo assim, os dados sobre o Recôncavo (núcleo da produção açucareira) revelam também a grande supremacia da população livre sobre a população escrava: 22,8 % de escravos e 77,2 % de livres, segundo o “Quadro da população livre e escrava”, já citado, efetuado em 1870.

Isto nos remete de volta à problemática da suposta crise de mão-de-obra. Estaria realmente a Província da Bahia com um problema de falta de pessoas que se prestassem ao trabalho agrícola na grande lavoura ?

Como já foi dito, a “crise” de mão-de-obra era geralmente citada como um problema que afligia diretamente a lavoura de açúcar. No entanto, durante quase toda a segunda metade do século passado, a Bahia liberou anualmente quantidades significativas de escravos. De 1853 a 1861, foram despachados, pela Secretaria da Polícia, 12.370 escravos para fora da Província; de 1862 a 1870, 4.121 escravos; e de 1872 a 1875, nada menos que 5.319 escravos.<sup>30</sup> Que fatores, portanto, permitiam que os donos de engenho se desfizessem de tantos escravos ? Estaria a própria situação de decadência da economia açucareira levando a esta transferência de mão-de-obra ? Se assim o era, pôr que então a propalada “crise” ?

Um outro fato que demonstra um excesso de população desocupada, é a própria criação de colônias formadas pôr nacionais.

Os colonos nacionais eram basicamente pessoas pobres: alguns, moradores da própria região onde se estabeleceram as colônias agrícolas, outros, flagelados de secas do Norte da Província.

---

<sup>30</sup>Cf. NUNES, Luiz Antônio da Silva. Relatório com que o excelentíssimo Senhor Presidente ... abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876. Salvador, p. 105-7.

Através dos pedidos de atestado para engajamento nas colônias agrícolas nacionais, encontramos geralmente pessoas naturais das comarcas do Sul da Bahia e, através das falas dos Presidentes da Província, encontramos referências ao aproveitamento da população “vagante”, flagelada pelas contínuas secas do Sertão baiano, para a formação de núcleos coloniais. Segundo ainda o discurso dos Presidentes da Província, essa população “vagante” era bastante numerosa e começava a preocupar os dirigentes locais que temiam a proliferação do banditismo nessa camada de “desocupados” e miseráveis. Essas informações sobre a existência de um contingente de população livre, leva à conclusão de que estava ocorrendo um processo de aumento dessa população pobre na área rural. Tal situação, inevitavelmente, estaria criando um grave problema social, como bem claro fica na fala do Presidente da Província João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, já citada, que se refere a essa população como vivendo em estado de aviltamento, desprezo, ignorância e miséria.<sup>31</sup>

Na Segunda metade do século XIX foram criadas sete colônias agrícolas formadas pôr nacionais :Colônia Nacional do Rio de Contas, Colônia Sinimbu, Colônia do Salto do Rio Pardo, Colônia Nacional agrícola 1857, Colônia Comandatuba, Colônia Cachoeira e Colônia Jequiriça. Foram assentadas aproximadamente 2.265 pessoas nessas colônias nacionais. Diga-se de passagem que todas elas foram criadas para resolver problemas sociais pois os miseráveis migravam para as cidades e se dedicavam à mendicância, pequenos furtos, transformando-se em uma ameaça aos cidadãos.<sup>32</sup>

A situação desse contingente de lavradores pobres chegou a tal ponto que começou a ocorrer um fluxo migratório do Centro e Norte para o Sul da província. Alguns desses migrantes foram estabelecidos em colônias, como a do Rio Pardo, em 1857, e à colônia Comandatuba, pôr volta de 1867. Tal situação, já em 1860, é relatada ao Presidente da Província pelo Juiz da Paz de “Verruga”, o Dr. Joaquim José Fonseca:

*Quando em 18 de dezembro último sahi do arraial do Caximbo já se achavão mais de 40 famílias que de diferentes logares do centro, maxime do denominado “Gavião” do termo da villa de Minas do Rio de Contas, descerão tangidos pelo terrível flagelo da fome, as quaes estavão sendo socorridas pelos moradores mais abastados daquelle dito arraial...*<sup>33</sup>

<sup>31</sup>Cf. SININBU, J. V. L. Cansação de . Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... no dia 1º de setembro de 1857. Salvador, p. 94.

<sup>32</sup> LYRA, Henrique Jorge Buckingham . Colonos e Colônias: Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na Segunda metade do séc. XIX. Mestrado em Ciências Sociais. Área de concentração História Social. UFBA. 1982. p. 82 a 119.

<sup>33</sup> FONSECA, Joaquim José. Ofício do Juiz de Paz de Verruga ... ao Presidente da Província, datado de fevereiro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. Maço 4607.

Tais famílias, desprovidas de qualquer meio de subsistência, desejavam se fixar naquela região, e esse fato fez com que o Dr. Joaquim José Fonseca sugerisse ao Presidente da Província, a criação de um núcleo colonial:

*Essa migração, movida pelo acaso, dá logar a realizar-se com mais facilidade os projetos do digno antecessor de V. Exa. E Exmo. Senhor Senador Sinimbu, de assentar nas abundantes margens do Rio Pardo uma colônia agrícola, o que já pôr mais de uma vez fora frustrado, quiça pôr negligencia de quem incumbia empregar esforços para semelhante fim...*<sup>34</sup>

No entanto, não parece que os dirigentes da Província estavam apenas interessados em resolver um problema social. O direcionamento desse contingente pobre para a Região Sul da Bahia deveria estar ligado a razões econômicas de peso. Não devemos esquecer que, a partir do final do século XIX e princípio do XX, foi exatamente nessa região que a lavoura do cacau veio substituir o açúcar nas pautas de exportação do Estado da Bahia. Em 1870, o Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, declarou que a Bahia depositava grandes esperanças nas comarcas do Sul, intitulado-as de “o celeiro da Província”. Continua o Presidente da Província dizendo “sentir prazeres em ver bem começado esse ensaio de colonização nacional, que deverá provocar naturalmente outros de maior importância, retirando da miséria e da vagabundagem, inúmeras famílias que vegetam em certos lugares ao norte e no interior.”<sup>35</sup>

E realmente, as comarcas do Sul da Bahia se apresentavam, até o final do século XIX, como uma área em potencial para a expansão agrícola, o que será visto mais detalhadamente adiante.

Estando, portanto, a Província da Bahia não apenas exportando escravos para as Províncias do Sul do Império, mas também procurando alocar como pequenos proprietários – através das colônias nacionais – o seu excedente da população rural, pode-se dizer que a “crise” que realmente existia na época era muito mais de liberação do que de falta de mão-de-obra.

Portanto, a partir de 1850 até o final do século XIX, a Província da Bahia se comportou como uma fonte liberadora de mão-de-obra. Não apenas a intensificação do tráfico de escravos interprovincial em direção ao Sul do Império ilustra tal afirmativa, como também o fato de que os colonos estrangeiros importados pôr essa Província, na sua grande maioria ou repatriaram-se aos seus países de origem ou foram transferidos para as colônias do Sul do Império. A própria criação de colônias nacionais – sempre levada a efeito para resolver um problema social de excedente populacional devido às constantes “secas” que periodicamente ocorriam na região Norte da

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>35</sup> Relatório de 1870, cf. Nota 28, p. 35.

Província – ilustram também que a crise realmente ocorrida na Província era muito mais de liberação de mão-de-obra do que falta de braços.

No entanto, que problemas poderiam estar pôr trás da suposta crise de mão-de-obra ?

De início, podemos considerar que a abolição do tráfico de escravos trouxe consigo um grande medo para a grande lavoura já em crise. A possível falta de escravos era vista como fatal para os donos de engenhos. Nessa conjuntura começou a ser incentivada, na segunda metade do século XIX, a política de imigração estrangeira

Uma outra questão que parece estar implícita no discurso da crise de mão-de-obra, é a desestruturação da pequena produção, gerada não apenas pela evasão de escravos das pequenas propriedades, mas também pelas secas constantes e pelas novas medidas adotadas, como o novo instrumento legal criado – a Lei de Terras de 1850, que deveria agir como elemento reorganizador do acesso à terra.

Segundo Kátia Mattoso, “Durante todo o século XIX, a situação de abastecimento da província da Bahia e, especialmente da cidade do Salvador, era irregular e deficiente”.<sup>36</sup> Aliada a tal deficiência, já antiga, a pequena produção sofreu, a partir de 1850, um forte golpe. Exatamente objetivando compensar as perdas provenientes da situação de crise que se abateu sobre a pequena produção, crise essa gerada a partir das transformações ocorridas a partir de 1850, foi que se iniciou o processo de colonização nacional. Tal processo cumpriu, portanto, dois papéis: reorganização da pequena produção, ao mesmo tempo em que evitaria a evasão de mão-de-obra, fixando parte da volumosa população livre disponível em uma região propícia à expansão da fronteira agrícola.

Durante a Segunda metade do século XIX, a ocupação econômica da província da Bahia resumia-se basicamente a cana-de-açúcar, pecuária, fumo, algodão, diamante e, secundariamente, o cacau e o café.<sup>37</sup>

A cana-de-açúcar, embora disseminada pôr grande parte do território da Província, apresentava importância econômica apenas na Região do Recôncavo.

A pecuária processava-se no Vale do São Francisco, secundariamente na Chapada Diamantina e no Sertão baiano.

A atividade fumageira restringia-se ao Recôncavo e ao Norte da Província, especialmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

A cultura do algodão encontrava-se, no período, disseminada pôr grande parte do território da Província, excetuando-se a Região Sul.

---

<sup>36</sup> MATTOSO, op. cit., p. 253.

<sup>37</sup> Cf. BAHIA. SEPLANTEC. CPE. A Inserção da Bahia na evolução nacional; 1ª etapa – 1850-1889; atividades produtivas. Salvador, 1978.

A exploração do diamante processava-se na região da Chapada Diamantina.

Além dessas culturas mais significativas e da exploração diamantífera, apresentava ainda a província da Bahia uma certa produção de cacau e café. Essas duas culturas localizavam-se basicamente no Sul da Província. O café, especialmente na Colônia Leopoldina e o cacau, principalmente em Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas. No entanto, essas duas atividades não chegaram a proporcionar, no período, uma ocupação efetiva dessa região.<sup>38</sup>

A Região Sul da Bahia apresentava-se, durante todo o século XIX, como uma área pouco povoada e com abundância de terras, portanto, uma área em potencial para a expansão agrícola. Acreditamos que a criação de núcleos coloniais agrícolas naquela Região estava diretamente ligada a uma política governamental, no sentido de, muito mais que proporcionar a fixação de colonos como proprietários de terras, direcionar para aquela Região o excedente populacional existente na Província.

Pesquisando os registros de terras da comarca de Ilhéus, realizados entre 1857 e 1859, Angelina Garcez,<sup>39</sup> faz o seguinte comentário: “A impressão que deixa o estudo desses registros é de um quadro de total liberdade para empossamento da terra e de extrema rarefação populacional”.

<sup>40</sup> Essa abundância de terras e rarefação populacional, no entanto, não são uma característica apenas para a década de 50 do século XIX. Tal situação continuou até o final do século XIX. Segundo Garcez,

*Embora possa causar estranheza número tão reduzido de propriedades na região nessa década de 50 do século XIX, volta-se a aceitar o fato a leitura do Relatório Anual do Presidente da Província, João Rodrigues Chaves, datado de 1884, em que este afirma o interesse do Governo em “povoar o quanto antes as terras do Sul, ou arrendando-as em grandes massas a Companhias que possam cultivá-las ou retalhando-as em lotes que serão vendidos a crédito pôr 3 a 5 anos ou a dinheiro”.*

41

O desinteresse pela posse das terras que pareciam estranhos na década de 1850, é reafirmado quase no final do século – as terras da região permaneciam desocupadas e inaproveitadas e o interesse pôr elas era praticamente nenhum. Nem companhias nem particulares se habilitavam a comprar terras em áreas tão persistentemente marginalizadas na vida econômica da Província.

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> GARCEZ, A. N. R. *Mecanismos de formação da propriedade cacauceira no eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930; um estudo de História Agrária*. Salvador. UFB/F.F.C.H., 1977. Dissertação de Mestrado.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>41</sup> Ibidem, loc. cit.

A população das comarcas do Sul da Bahia, além de ser reduzida, apresentava em 1872 um percentual baixo de mão-de-obra escrava, (apenas 11,1 % em relação à população total), o que vem a confirmar a hipótese pouca utilização econômica das terras dessa região.

Mesmo Ilhéus, que possuía engenho de açúcar, apresenta um percentual pouco expressivo de escravos, 18,5 %. Em algumas localidades esse percentual chega a ser insignificante como em Porto Seguro onde apenas 3,9 % da população total era escrava. Se comparada ao percentual de escravos no Recôncavo, apenas Barcelos apresenta percentual de população escrava semelhante ao Recôncavo, 22,8 %.

Aliado a essa situação de rarefação populacional e conseqüente abundância de terras nas comarcas do Sul da Bahia, começa a ganhar expressão, a partir de 1840, a lavoura do cacau. Segundo Garcez,

*A lavoura do cacau ganha continuidade e maior expressão com a instalação de um núcleo de colonos alemães que, a partir do ano de 1822, ocupam um local à margem do Rio Cachoeira, e se dedicam ao cultivo mais intensivo. Só do ano de 1834 em diante é que o cacau passou a comparecer regularmente entre os produtos de exportação, ainda em pequena quantidade, começando com uma remessa de 447 sacas de 60 quilos, correspondendo a aproximadamente 29 toneladas.*<sup>42</sup>

A partir daí, a exportação do cacau começou a apresentar uma contínua progressão que, segundo ainda Garcez, utilizando dados fornecidos pôr Gregório Bonder, cresceu de 103 toneladas em 1840 para 3.503 toneladas em 1890.

Portanto, a criação de colônias agrícolas na Região Sul da Bahia, justamente em um período em que a lavoura do cacau começava a despontar como uma alternativa de lavoura para exportação e considerando que essa região até o final do século XIX era uma área a ser povoada, leva a crer que tal iniciativa estava vinculada ao direcionamento de um contingente populacional que fosse capaz, ou de ser utilizado como força de trabalho ou de preparar os terrenos e iniciar pequenas plantações que proporcionaram, mais futuramente, um processo de concentração dessas pequenas propriedades. Isto realmente ocorreu a partir da última década do século XIX e princípio do XX, abrindo-se uma frente de expansão para a lavoura cacauífera.

A exportação do cacau cresceu acentuadamente a partir de 1865 (812 toneladas). Segundo Garcez, tal crescimento ocorreu devido à introdução de novas variedades de cacau (o cacau Pará e o Maranhão), dotados de maior rusticidade e sendo menos exigentes quanto a solos e umidade.<sup>43</sup> Deve-se salientar, no entanto, que tal fato pode estar também diretamente ligado à criação das quatro colônias agrícolas nacionais estabelecidas em 1857 na região Sul da Bahia. Só a colônia

---

<sup>42</sup> Ibidem, p.50.

<sup>43</sup> Ibidem, loc. cit.

Sinimbu possuía, em 1861, 18.287 pés de cacau plantados pêlos colonos ali estabelecidos, segundo o relatório do Diretor da colônia ao Presidente da Província, datado de 10 de agosto de 1861.<sup>44</sup>

Um outro fato vem reforçar essa hipótese de deslocamento de mão-de-obra para o Sul da Bahia e abertura de frente de expansão agrícola. É que, mesmo tendo sido esse direcionamento populacional de forma a assegurar a posse da terra, através de um regime de colonização que previa a aquisição do lote pelo colono, isso realmente não ocorreu pois, mesmo para as colônias que alcançaram um certo grau de desenvolvimento – como a Cachoeira e a Comandatuba, o descaso provincial, como fica bastante evidente nas descrições da vida dessas e outras colônias baianas, levou a que esses núcleos desaparecessem de maneira brusca. Ficou, portanto, na região, essa população de ex-colonos sem terras, disponíveis como força de trabalho e que já tinham iniciado pequenas culturas.

O certo é que o cacau, após 1900, passou a ser o principal produto de exportação do Estado da Bahia, tendo ocorrido uma verdadeira transferência, a nível de importância econômica, do Recôncavo para a Região Sul cacauífera. A partir de 1900,

*mais de 20 % das arrecadações do Estado resultavam da taxa sobre o produto, sem falar no fato de que a sua exploração responsabilizou-se pelo crescimento médio anual da ordem de 6,98 % da população na zona produtora de Ilhéus e Itabuna, entre 1892 e 1920, passando de 7.629 para 105.892 habitantes.*<sup>45</sup>

As primeiras décadas da República foram importantes para o povoamento, integração e desenvolvimento econômico do Sul da Bahia.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A Inserção da Bahia na evolução nacional; 1ª etapa – 1850-1889; atividades produtivas*. Salvador, 1978.

BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 2ª etapa – 1890-1930*. No prelo.

BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

Cf. TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Salvador, Livraria Progresso, 1956.

---

<sup>44</sup> Cf. BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. Maço 4607.

<sup>45</sup> BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 2ª etapa – 1890-1930*. No prelo.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1899*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

EISENBERG, P. *O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 3, Santos, set. 1976.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo, Nacional, 1974.

GARCEZ, A. N. R. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930; um estudo de História Agrária*. Salvador. UFB<sup>a</sup>/F.F.C.H., 1977. Dissertação de Mestrado.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e Colônias: Uma Avaliação das Experiências de Colonização agrícola na Bahia na Segunda metade do séc. XIX*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciências Sociais. Área de Concentração História Social. UFBA. 1982.

MATTOSO, K. M. Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador, UFB<sup>a</sup>/Centro de Estudos Bahianos, 1976.

MELLO, Orlando. *Causas que entorpecem o desenvolvimento da lavoura nacional e meios de combatel-as*. Salvador, Imprensa Popular, 1898. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.

MOTT, L. R. B. *Pardos e pretos em Sergipe, 1774-1851*. Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, (18).

NOVAIS, F. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. (Cadernos CEBRAP, 17).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1976.

TOURINHO, Maria A. C. Dissertação sobre o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e a Escola Agrícola de São Bento das Lages. (Em elaboração; a ser apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFB<sup>a</sup>., 1982)

## FALAS E RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA BAHIA CITADAS

SINIMBU, João V. L. Cansação de. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província .... no dia 1º de setembro de 1857, Salvador.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

NUNES, Luiz Antônio da Silva. Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente ... abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876, Salvador.

MARTINS, F. G. (Barão de São Lourenço). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo excelentíssimo ..., Presidente da Província, em 6 de março de 1870. Salvador.

#### DOCUMENTOS CITADOS

FONSECA, Joaquim José. Ofício do Juiz de Paz de Verruga ... ao Presidente da Província, datado de fevereiro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. Maço 4607

BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. Maço 4607.

Censo de 1872.